



Ciência & Saúde Coletiva

ISSN: 1413-8123

cecilia@claves.fiocruz.br

Associação Brasileira de Pós-Graduação em
Saúde Coletiva
Brasil

Gomes, Romeu

Desafios da atenção à saúde integral da mulher

Ciência & Saúde Coletiva, vol. 16, núm. 5, 2011, pp. 2358-2359

Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63018749001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

[redalyc.org](http://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Desafios da atenção à saúde integral da mulher

Desde as primeiras décadas do século passado, anseios de uma perspectiva ampliada da atenção à saúde da mulher vêm se esboçando no país. Tributadas à organização e à mobilização de setores civis e governamentais, em geral, e ao protagonismo do movimento feminista, em específico, as transformações desses anseios em diretrizes e ações programáticas ocorreram no campo das políticas. No conjunto dos vários textos legais que procuraram e procuram dar sustentação a essas transformações, destaca-se a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, criada em 2004 e vigente até os dias atuais.

Em suas diretrizes, essa política se propõe a atingir mulheres, em todos os ciclos de vida, levando em conta as especificidades de distintos grupos populacionais, como mulheres negras, indígenas, urbanas, rurais, presidiárias, homossexuais e as com deficiências, dentre outras. Dois eixos servem de ancoragem para essas diretrizes: o primeiro se relaciona à perspectiva de gênero, de raça e de etnia que deve nortear a política, enquanto o segundo diz respeito à ampliação do enfoque para que se consiga avançar da saúde sexual e da saúde reprodutiva para todos os aspectos da saúde da mulher.

Ainda que os objetivos dessa política tenham logrado êxito ao longo da sua existência, não se pode deixar de focalizar alguns desafios, principalmente no que tange ao enfrentamento de reduções que costumam ocorrer no âmbito de algumas práticas que buscam viabilizar tais objetivos. Nesse sentido, observam-se dificuldades de atender à saúde das mulheres de forma integral, por conta de abordagens biomédicas reducionistas; não contextualização da mulher no campo das relações de gênero; domínio quase que exclusivo da heteronormatividade; questões estruturais que limitam o acesso à saúde; e comprometimentos na quantidade e na qualidade da prestação dos serviços de saúde.

Esses desafios não devem ser vistos como algo paralisante; ao contrário, devem servir de mote para que se caminhe na garantia da atenção à saúde da mulher. Um dos caminhos para que isso ocorra diz respeito à socialização de achados de pesquisas – teóricas ou empíricas – que procuram trazer luz para os comprometimentos e as ações de prevenção e promoção da saúde da mulher. É com esse propósito que se apresenta a seguir uma coletânea de artigos voltada para a saúde da mulher.

Romeu Gomes

Editor Chefe

Challenges facing collective healthcare for women

Since the early decades of the last century, the call for a broader perspective on healthcare for women has increasingly been heard in Brazil. Thanks to the organization and mobilization of civil and governmental sectors in general – and the feminist movement as protagonist, in particular – the transformations of these aspirations into programmed guidelines and actions have occurred in the political field. Among all the various legal texts that sought, and still seek, to provide an impetus for these changes, the most important is the National Policy for Comprehensive Women's Healthcare, created in 2004 and in force to the present day.

In its guidelines, this policy is geared to provide care for women at all phases of their life cycles, taking into account the specifics of the varied population groups, including afro-descendant, indigenous, urban, rural, incarcerated, homosexual and handicapped women, among others. There are two main lines of action underpinning these guidelines. The first relates to the perspective of gender, race and ethnicity that should guide policy, whereas the second refers to broadening the spectrum in order to move forward to include all aspects of women's health, in addition to sexual and reproductive health.

Even though the objectives of this policy have been successful throughout its existence, it is paramount to focus on some challenges, especially when it comes to facing cutbacks that often occur in the context of practices that seek to make these objectives viable. In this sense, difficulties are observed in providing comprehensive healthcare for women, due to biomedical reductionist approaches; failure to place women in context in the field of gender relations; almost exclusive domination of heteronormativity; structural issues that limit access to healthcare and compromise the quantity and quality of healthcare services rendered.

These challenges should not be seen as a stultifying factor. On the contrary, they should serve as a call to action to move forward in ensuring women's healthcare. One of the ways for this to occur has to do with the socialization of both theoretical and empirical research findings that seek to shed light on the commitments and actions of prevention and promotion of women's healthcare. It is with this purpose in mind that a collection of articles focused on women's healthcare is presented below.

Romeu Gomes
Chief Editor